

ENTRE A CIÊNCIA CONVENCIONAL E A NEOCIÊNCIA CONSCIENCIOLOGIA

BETWEEN CONVENTIONAL SCIENCE AND CONSCIENIOLOGICAL NEOSCIENCE

ENTRE LA CIENCIA CONVENCIONAL Y LA NEOCIENCIA CONSCIENCIOLÓGICA

Ney Vernon Vugman

RESUMO. A partir de uma perspectiva diacrônica da História da Ciência o autor focaliza as mudanças paradigmáticas ocorridas no mundo ocidental desde a Antiguidade, englobando tanto a ciência convencional quanto a neociência Conscienciologia. Ao tratar do problema da demarcação entre ciência e pseudociência o autor aplica o princípio da refutabilidade popperiana ao arcabouço dos conhecimentos conscienciológicos e, ao tratar de forma dialética o problema da morte humana, sugere o caráter científico da neociência Conscienciologia.

Palavras-chave: História da Ciência; Conscienciologia; cientificidade.

ABSTRACT. From a diachronic perspective of the History of Science the author focus on the paradigmatic changes that have occurred in the western world since Antiquity, including both conventional science and Conscientiology. To address the problem of demarcation between science and pseudoscience the author applies Popper's Principle of Refutability to Conscientiology and, dealing with the problem of the human death in a dialectic way, suggests the scientific character of the neoscience Conscientiology.

Keywords: History of Science; Conscientiology; scientificity.

RESUMEN. El autor desarrolla un razonamiento diacrónico de la Historia de la Ciencia, centrándose en los cambios paradigmáticos que han ocurrido en el mundo occidental desde la Antigüedad, incluyendo la ciencia convencional bien como la neo ciencia Conscienciologia. Buscando atender el problema de la demarcación entre ciencia y pseudociencia, el autor aplica el Principio de la Refutabilidad popperiana a la Conscienciologia y demuestra el carácter científico de la neociencia apoyándose en un tratamiento dialéctico del problema de la muerte humana.

Palabras-llave: Historia de la Ciencia; Conscienciología; cientificidad.

INTRODUÇÃO

As fronteiras do conhecimento humano, mesmo considerando os tempos medievais mais obscurantistas, jamais deixaram de se movimentar. Em uma visão histórica diacrônica podemos verificar o indubitável amálgama entre o conhecimento humano e a forma de sociedade vigente em cada época. O atrelamento entre poder e conhecimento tem existido desde o início do processo evolutivo

da humanidade; este atrelamento frequentemente resulta em empecilho e mau uso do desenvolvimento científico, bem como em severas restrições aos agentes geradores do conhecimento.

Este autor, após várias experiências pessoais, decidiu-se por empregar o paradigma consciencial sem abdicar do valioso conhecimento advindo da ciência convencional. Neste artigo são enfocados três pontos principais: as mudanças paradigmáticas ocorridas desde a Antiguidade, a evolução histórica do paradigma consciencial e uma comparação dialética entre a ciência convencional e a neociência Conscienciologia.

O PARADIGMATISMO

A atividade heroica do cientista isolado, seja no refinamento experimental (positivismo), seja na crítica racional dos dados empíricos (racionalismo aplicado), tem sido considerada como elemento básico para gerar o progresso da ciência.

Thomas Kuhn introduziu outra corrente da epistemologia científica, a paradigmática, ao estabelecer a comunidade dos cientistas como personagem principal desta epopeia de progressos que é a história da ciência. O novo personagem central não possui mais o charme heroico do cientista individual em seu isolamento na busca da verdade. Tratando-se do produto de uma coletividade, o saber caminha dentro de um jogo de forças, interesses e crenças.

Paradigmas, segundo Kuhn (1962), são as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência. Segundo a etimologia grega da palavra, paradigma significa aquilo que está além, indicando a direção (CARDOSO, 1993).

Kuhn sustenta que todo progresso científico se processa no binômio consenso/dissenso em torno de paradigmas. Na primeira fase, dita ciência normal, todos os cientistas se alinham em torno de um molde geral de ciência, uma espécie de quebra-cabeças, prática com regras e soluções bem definidas, cujo objetivo não é buscar o desconhecido, mas organizar todo o universo sob a forma do que é conhecido. Isto seria no seu entender um paradigma. Por outro lado, segundo Leal (2005), o momento revolucionário se inaugura no dissenso, no atravessamento do conhecido pelo desconhecido e em todo desarranjo das regras do jogo. A este período anômico segue-se a busca de novos fundamentos epistemológicos, assim como novas interpretações para o paradigma em crise. Mediante a iminente superação, novos modelos são lançados, até que a comunidade se realinhe em torno de um deles. É interessante notar que dois paradigmas podem conviver durante algum tempo para depois haver a prevalência de um deles ou podem interagir em boa convivência rumando para um terceiro paradigma em uma espécie de síntese dialética.

EVOLUÇÃO PARADIGMÁTICA DA MITOLOGIA GREGA À FÍSICA CONTEMPORÂNEA

Um dos períodos mais revolucionários da história da civilização ocidental situa-se entre os séculos VI e IV a.e.c., quando houve a mudança paradigmática do pensar mítico para o pensar filosófico na região denominada de Ásia Menor, no mar Mediterrâneo Oriental.

O pensar mítico instaura uma ordem que não sonha sequer em confrontar seu conteúdo com qualquer outra suposta “concepção do mundo”. É um sistema coletivo de crenças que se manifesta na prática, na conduta, nos sentimentos e nas falas, de forma absoluta e incompatível com qualquer outra forma de pensar (Ribeiro, 2004).

Ao final do século VI a.e.c. aconteceu o florescimento das colônias situadas nas ilhas e costas da Ásia Menor, catalisado por sucessivas migrações provocadas pelas invasões dóricas e pela ruína do reino micênico-cretense. Houve o inevitável encontro entre coletividades míticas diferentes, fazendo com que a relação entre o “mesmo” e o “outro” se tornasse um problema, forçando a relativização dos mitos herdados da tradição. Os mitos já não mais satisfaziam as crescentes exigências de explicitação do como e do por que das transformações do mundo. Coube aos primeiros filósofos a proposta de um relacionamento cada vez mais racional e dessacralizado entre linguagem e realidade.

As transformações do mundo (devir do mundo), para os filósofos pré-socráticos, não se davam ao acaso, mas obedeciam a leis determinadas pela *physis* (natureza eterna e em perene transformação) da qual os homens faziam parte. Buscavam as relações causais no mundo e não mais em entidades sobrenaturais. Zeus, Cronos, Prometeu, Pandora e outros entes fantásticos que, pelos mitos, ordenavam a realidade, cedem lugar a elementos “naturais” tais como água, ar, fogo, terra, através dos quais esses pensadores tentavam racionalizar a realidade nas suas mais diversas realizações. Estava assim iniciada a ciência natural, em parceria com a Filosofia.

A fundação da ciência é atribuída a Tales de Mileto (624 a.e.c. – 558 a.e.c.) ao propor que “a água (*hydor*) é o princípio (*arquê*) de todas as coisas”. Mas somente a proposição de um princípio para a formação da natureza não bastava para que a ciência fosse fundada: era preciso haver a refutação da hipótese. Foi Anaximandro de Mileto, discípulo de Tales, que argumentou: a água não pode ser a substância fundamental, pois ela é essencialmente úmida e nada pode ser sua própria contradição. Se Tales estivesse correto, o oposto de úmido não poderia existir nas substâncias, o que contrariaria a observação das coisas secas no mundo. Portanto Tales estava errado e nascia assim a tradição crítica, fundamental ao avanço da ciência.

A ciência Helênica foi erigida sobre as fundações consolidadas por Tales e Pitágoras (571 – 496 a.e.c.) e alcançou seu auge nos trabalhos de Aristóteles (384 – 322 a.e.c.) e Arquimedes (287 – 212 a.e.c.) com duas características principais: i) a visão do universo como uma estrutura ordenada (kosmos em grego significa “ordem”) e ii) a convicção que esta ordem não era a de um artefato mecânico mas a de um organismo; todas as partes do universo tinham propósitos no esquema geral das coisas, e os objetos se moviam naturalmente buscando cumprir as finalidades a que se destinavam (tinham o seu lugar natural). Este movimento em busca de seu lugar natural é estudado na teleologia.

Em Física a teleologia não é adequada e Aristóteles teve que impô-la ao cosmos. Ele herdou de Platão a proposição teológica que os corpos celestes (estrelas e planetas) são literalmente divinos e, como tais, perfeitos. Portanto eles deveriam movimentar-se de forma perfeita, eterna, imutável, ou em círculos perfeitos na definição de Platão. A Terra, que obviamente não era divina, deveria estar parada no centro. A causa primária de todo movimento era Deus, situado fora do cosmos. Para Aristóteles, toda atividade que ocorresse espontaneamente era natural. Portanto, o meio mais adequado de investigação era a pura observação. A experimentação, que implica em alterar as condições naturais para elucidar as propriedades dos objetos, não era natural e, portanto, não poderia ajudar a revelar a essência das coisas. A experimentação não era necessária à ciência grega. A pergunta teleológica era *por que* e não *como*.

A ciência aristotélica que, ao banir a experimentação, colocava o Homem no centro do Universo e Deus como causa primária do movimento, convinha aos interesses da classe dominante da época, no caso a Igreja Católica. A teoria aristotélica, bem como o mando absoluto da Igreja, perdurou por mais de 20 séculos.

Foi ao final da obscura Idade Média, com a ascensão da burguesia, que surge Galileu Galilei (1564 – 1642) para opor-se à teoria aristotélica e propor uma nova mudança paradigmática que inaugurou a Idade Moderna. Galileu inicialmente analisou o problema do movimento dos projéteis; enquanto a física de Aristóteles teorizava, sem experimentação, que “quanto mais pesado é um corpo maior é a velocidade com que cai”, Galileu, ao testar esta tese através de experimentação, provou que “objetos de pesos desiguais caem à mesma velocidade”.

Para Galileu tudo devia ser mensurável. Fundou a Física assim como a conhecemos hoje, baseada na experimentação e na formulação de teorias refutáveis, não absolutas, relativas. Na noite memorável em que Galileu apontou seu telescópio para o firmamento, contemplou o espetáculo mais grandioso que até então se tinha apresentado aos olhos de um homem: a infinita abóbada celeste iluminada por astros sem fim, suspensos na imensidão das trevas. Onde os seus olhos não tinham, até então, visto senão difusos vapores esbranquiçados, as suas poderosas lentes expuseram-lhe a faixa de estrelas da Via Láctea. Descobriu que a Via Láctea é constituída de uma massa enorme de astros distantes e observou os

montes e os mares da Lua, cuja superfície era até então suposta regular. Foi nessa noite que nasceu a astronomia como ciência. Intrépido, Galileu ousou reafirmar a tese heliocêntrica Copernicana: a Terra não ocupa imóvel o centro do Universo. Foi acusado de heresia pela Inquisição e teve que abjurar para escapar à morte na fogueira; mas, entre dentes, murmurou a célebre frase que simboliza a resistência frente ao dogma irracional: “*Eppur si muove!*” (no entanto, se move!). Foi condenado à prisão domiciliar e morreu cego no ano em que nascia Isaac Newton.

Em uma pesquisa de opinião promovida pela Royal Society of London, Newton foi considerado o cientista que causou o maior impacto na história da ciência, maior ainda do que Albert Einstein. Na época de Newton a teologia era considerada a rainha das ciências. De fato, para conseguir um emprego na Universidade, era preciso trabalhar em teologia, o que Newton conseguiu fazer com grande sucesso e produção. Do ponto de vista científico, Newton é o autor da obra *Philosophiae Naturalis Principia Mathematica*, publicada em 1687, que descreve a lei da gravitação universal e as leis de Newton – as três leis dos corpos em movimento que são o fundamento da mecânica clássica.

No final do século XIX os cientistas acreditavam poder explicar todos os fenômenos observados; consideravam que, se fossem dadas as posições e as velocidades iniciais de todas as coisas poderiam calcular a configuração do mundo em qualquer instante futuro através da Física Clássica (baseada em forças e nas leis de Galileu e Newton). A Termodinâmica, base da construção das máquinas térmicas, indispensáveis à Revolução Industrial, estava bem estabelecida. O Eletromagnetismo explicava com sucesso a propagação e as propriedades da luz enquanto ondas. Enfim, tudo o que até então se conhecia podia ser bem explicado dentro do paradigma da Física Clássica.

Entretanto, nesta época começaram a aparecer resultados experimentais para os quais a Física Clássica não oferecia explicação. Por exemplo, a distribuição da radiação emitida por uma cavidade aquecida (corpo negro), o efeito fotoelétrico e a difração de elétrons.

As explicações começaram a chegar ao início do século XX: para chegar à fórmula que explica a distribuição de radiação emitida por um corpo negro, Max Planck (prêmio Nobel 1918) teve que postular que a radiação era quantizada em pacotinhos de energia, os fótons, grande novidade para a época. Classificou seu postulado de “ato de desespero” de tão desprovido de bom senso que lhe parecia. Para explicar a emissão de elétrons por uma superfície metálica exposta à luz (efeito fotoelétrico), Albert Einstein (prêmio Nobel 1925) assumiu o postulado fotônico de Planck e concluiu que a luz se comporta como ondas e como partículas: se propaga como ondas, mas troca energia como partículas, em uma dualidade onda-partícula. Para entender a difração de partículas (elétrons) por uma rede cristalina, propriedade típica de ondas, Louis de Broglie (prêmio Nobel 1929), em sua tese de Doutorado, inspirando-se no trabalho de Einstein, postulou que

o comportamento dual (onda-partícula) também se aplica à matéria. Então, não só as ondas eletromagnéticas podem se comportar como partículas, mas também as partículas apresentam caráter ondulatório. Estava fundada a Mecânica Ondulatória, base da Física Quântica e estava sendo proposto o paradigma quântico.

Mas como descrever com ondas, que não são localizadas, uma partícula que ocupa um lugar bem definido no espaço? A resposta foi dada por Werner Heisenberg (prêmio Nobel 1932): é preciso adicionar várias ondas distintas para que seja possível descrever algo tão localizado como uma partícula. Quanto mais ondas utilizarmos, mais bem definida fica a posição da partícula havendo, porém, perda de informação sobre a velocidade da partícula. De fato, o Princípio da Incerteza, enunciado por Heisenberg, diz que o produto da incerteza na determinação da posição pela incerteza na determinação da velocidade de uma partícula é constante; se uma aumenta a outra deve diminuir. Então, por que podemos medir simultaneamente, com extrema precisão, a posição e a velocidade dos objetos que nos cercam no mundo que observamos? Um simples cálculo utilizando a expressão matemática do Princípio da Incerteza mostra que a incerteza só é relevante para partículas muito pequenas, na escala dos átomos e moléculas, perdendo seu sentido no nosso mundo macroscópico.

Começamos a perceber diferenças entre a Física Clássica (macroscópica) e a Física Quântica (microscópica) e a identificar seus domínios de validade. Em termos de equações de movimento, enquanto as leis de Newton (entre elas a famosa relação entre força, massa e aceleração) formam a base da descrição clássica e tem como solução uma trajetória bem determinada, o movimento de um sistema quântico não relativístico é dado pela equação proposta por Erwin Schrödinger (prêmio Nobel 1933). A solução desta equação leva a um conjunto, por vezes infinito, de soluções possíveis (os estados do sistema) que possuem certa probabilidade de acontecer.

No âmbito da física clássica, admite-se ser possível realizar uma medida sobre um sistema sem alterar o seu estado; por exemplo, a luz espalhada por uma bolinha, que nos permite vê-la, pode ser considerada suficientemente fraca de modo a não alterar a sua posição ou a sua velocidade. Na física quântica, por outro lado, as medidas mudam os estados dos sistemas de maneira que o resultado da medida torna-se uma escolha entre várias possibilidades oferecidas por uma distribuição estatística. Em termos mais técnicos, diz-se que os sistemas quânticos são descritos por uma superposição coerente de estados possíveis, soluções da equação de Schrödinger; após a medida, dependendo do resultado do experimento, o sistema é colocado em apenas um destes estados.

Uma maneira de simplificar o entendimento da diferença entre os sistemas clássicos e os sistemas quânticos é considerar o lançamento de uma moeda. Do ponto de vista clássico, antes de observá-la, podemos dizer que ela se encontra em uma “superposição” de dois estados, um que corresponde à cara e outro à coroa.

Se a moeda é bem balanceada, cada um desses estados tem uma probabilidade de 50% de ocorrer. A descrição em termos de uma superposição representa apenas nossa ignorância a respeito do estado da moeda. Do ponto de vista quântico teremos uma superposição coerente de dois estados possíveis: antes da medida a “moeda” (agora microscópica) encontra-se nos dois estados simultaneamente. Não temos informação completa sobre o sistema. A medida (a observação) é que coloca o sistema quântico em um de seus estados possíveis. Se realizarmos medidas em um grande número de moedas idênticas será possível o acesso aos valores médios das grandezas. Em outras palavras, a diferença chocante é que para a moeda clássica, antes da observação, teremos cara ou coroa e, para a moeda quântica, antes da observação, teremos cara e coroa.

Um dos problemas mais sutis da física contemporânea é a relação entre o mundo macroscópico, descrito pela física clássica, e o mundo microscópico, regido pelas leis da física quântica¹. Seria possível existir um estado de superposição coerente no mundo macroscópico? Poderia uma pedra estar localizada em duas regiões distintas do espaço ao mesmo tempo? Na verdade, à luz da teoria quântica, foi difícil entender por que estados como estes não ocorrem frequentemente para objetos macroscópicos. Em carta ao físico Max Born em 1954, Einstein considerava um problema fundamental a “inexistência no nível clássico dos estados permitidos pela mecânica quântica”, ou seja, as superposições coerentes de estados clássicos distintos.

Ao final da década de 80 começaram a surgir respostas a essas perguntas. Vários físicos mostraram que a coerência dessas superposições é rapidamente destruída devido às interações do sistema considerado com o resto do Universo, em função do caráter dissipativo (atrito) dos sistemas reais. Como consequência da dissipação, o tempo associado à perda de coerência para uma superposição de estados clássicos distintos é muito menor que o tempo associado à perda de energia (tempo de dissipação). Um excelente artigo de revisão sobre este assunto foi escrito por Zurek (1991).

Para exemplificar, consideremos uma pedra de massa igual a 1 g que poderia estar em *dois lugares ao mesmo tempo*, separados por uma distância de 1 cm. A razão entre o tempo de coerência e o tempo de dissipação é extremamente pequena; para termos uma ideia numérica, à temperatura ambiente, esta pedra apresenta um tempo de coerência 10^{40} vezes (o número 10 seguido de trinta e nove zeros!) menor que o tempo de dissipação. Portanto, o desaparecimento da coerência é tão rápido que é praticamente impossível observar efeitos quânticos no mundo macroscópico.

Portanto, o paradigma quântico não exclui o paradigma clássico. Valem os dois ao mesmo tempo. São dois limites de observação, respectivamente do

1 Para um texto introdutório ver Luiz Davidovich, Cadernos de Divulgação e Educação Científica 01/98, editado pelo Instituto de Física da UFRJ. Parte desta discussão está fortemente baseada neste texto.

microcosmo ao macrocosmo, dos objetos de tamanho da ordem dos átomos e moléculas para os objetos com que nos deparamos no nosso cotidiano. De fato pode-se mostrar que a descrição clássica corresponde a um limite da descrição quântica à medida que os números quânticos se tornarem muito grandes. Podemos dizer que atualmente observamos uma síntese dialética entre os dois paradigmas, formando o que poderíamos denominar de paradigma da ciência natural contemporânea.

O PARADIGMA CONSCIENCIAL

A Conscienciologia, neociência empírica e subjetiva, é o estudo da consciência em uma abordagem integral, holossomática, multidimensional, bioenergética, autoconsciente e cosmoética (VIEIRA, 1994).

O estudo da consciência reveste-se de enorme complexidade, pois aqui o sujeito é o próprio objeto da pesquisa. Possíveis experiências neste campo apresentam, portanto, um caráter *personalíssimo*.

Em Conscienciologia, teoria e método são indissociáveis; o método é condição de existência da teoria (VOLKER, 1997). Em outras palavras, para que a consciência possa estudar a si própria, é necessário um método experimental que inclua a possibilidade de identificação da própria Consciência.

À capacidade da Consciência de manifestar-se em um corpo real mais sutil denomina-se de Projeção da Consciência (VIEIRA, 1999). É no ato da projeção lúcida que a Consciência pode perceber sua identidade, seus vários veículos de manifestação e sua existência em várias dimensões (multidimensionalidade). É através da Projeção lúcida que a Consciência tem a possibilidade de acesso à sua memória multiexistencial (holomemória). Portanto, a projeção lúcida determina a identidade da Consciência e pode ser considerada como o pilar do método científico da Conscienciologia.

O paradigma que norteia a Conscienciologia, esboçada acima, é denominado de paradigma consciencial. Este paradigma baseia-se fortemente nas seguintes proposições: postulado da multidimensionalidade, hipótese da imortalidade da consciência, multiseriabilidade e na existência do holossoma formado pelos quatro veículos de manifestação da consciência. As três últimas proposições estão claramente explicadas por Vieira (1994). O postulado da multidimensionalidade, entretanto, requer algumas considerações e correlações com a Física.

Sabemos que a Física tem exercido grande influência sobre vários aspectos da sociedade humana. Suas contribuições, enquanto ciência natural e geradora de tecnologias têm transformado as condições e o modo de vida neste planeta, principalmente nos últimos séculos.

A influência da Física no conhecimento humano estende-se ao pensamento filosófico e cultural. Considerada a base da ciência natural, seus conceitos estão

em teste permanente, sendo por vezes refutados ou então tornados mais abrangentes de modo a abarcar novas observações experimentais.

A Física exerce um grande apelo em relação à migração conceitual (VUGMAN, 1999). Entende-se por migração conceitual a utilização, principalmente por neociências, de conceitos previamente definidos no contexto de outra ciência já estabelecida. Como as Ciências devem ser baseadas em conceitos claros e precisos, definidos dentro de contextos específicos, a migração conceitual pode ser perigosa; por fugir ao contexto científico em que foi criado, o conceito migrado deve ser manipulado com extremo cuidado, evitando contaminar e reduzir em vez de ajudar e esclarecer. Este cuidado deve ser redobrado no caso de uma neociência empírica e subjetiva como a Conscienciologia.

Do ponto de vista da migração conceitual, a Física tem sido o grande celeiro de conceitos para várias outras ciências. Por exemplo, o conceito de energia, que em Física clássica relaciona-se com a capacidade de realizar trabalho, mas que também está associado à massa e à velocidade da luz através da Teoria da Relatividade, é um dos favoritos para a migração. Entre outros conceitos que se tenta migrar, alguns com grande risco, destacam-se os conceitos de frequência e ressonância, bem como a importação simplista e geralmente equivocada de aspectos da Física Quântica.

O conceito físico que nos interessa discutir neste momento é o de dimensão. No domínio da Física Clássica não relativística, ou seja, no mundo em que vivemos, dimensão refere-se ao número mínimo de coordenadas necessárias à determinação unívoca de um ponto no espaço. São três as coordenadas espaciais acrescidas de uma quarta dimensão, o tempo, que parametriza o problema. Quando se considera a multidimensionalidade da Conscienciologia a palavra dimensão deve ser complementada. Assim, teremos a dimensão intrafísica, relacionada ao nosso mundo físico acima referido com suas quatro coordenadas, e a dimensão extrafísica que absolutamente não é uma quinta ou uma enésima dimensão, mas um *estado consciencial* possível de ser atingido nas projeções lúcidas onde, utilizando nosso veículo psicossomático ou mentalsomático, temos inclusive a possibilidade de encontrar consciências que já não mais se encontram na intrafísica. Desta forma percebemos que o postulado da multidimensionalidade se complementa com a hipótese da imortalidade da consciência e da existência do holossoma. Nas projeções conscientes é possível acessar uma gama de estados conscienciais dependendo do nosso momento existencial e das necessidades assistenciais. Podem ser estados que nos permitam a interação com consciências menos ou mais evoluídas; a Conscienciologia descreve estes estados em termos de dimensões mais densas (baratrosfera) e dimensões mais sutis respectivamente. Claramente o número de dimensões conscienciais é infinito, pois os estados conscienciais formam um contínuo.

AS PRIMEIRAS PROPOSTAS CONSCIENCIOLÓGICAS OCIDENTAIS

Elementos do paradigma consciencial tais como a hipótese da imortalidade da Consciência e a multisserialidade (processo de múltiplas existências no intrafísico a que as consciências estão sujeitas) são temas básicos em várias culturas orientais multimilenares. A cultura ocidental, na qual estamos imersos, bebeu da filosofia oriental através das viagens dos filósofos pré-socráticos à Índia, à China e ao Oriente Médio (principalmente ao Egito).

ANÁLISE PRÉVIA DA SITUAÇÃO FILOSÓFICA NA GRÉCIA ANTIGA

A religião grega é um amálgama de crenças pertencentes a uma etnia originária do Mediterrâneo, que persistiu a invasões sucessivas que começaram ao redor de 2000 a.e.c. e culminaram com as últimas invasões Dóricas por volta de 1100 a.e.c. Os Dóricos trouxeram com eles uma religião nórdica, as atitudes aristocráticas de uma raça conquistadora, bem como a capacidade de raciocínio claro visto como a “luz de Hellas” (Hellas em grego significa Grécia). Os hábitos religiosos dos gregos antigos, quaisquer que tenham sido, parecem estar perdidos para nós, embora a sociedade descrita por Homero (aproximadamente 700 a.e.c.) na *Ilíada* e na *Odisseia* seja dominada por um mundo prático e racional.

Podemos relembrar a passagem da *Ilíada* em que os deuses alinharam-se aos seus guerreiros favoritos e começaram a lutar entre si (MONTEIRO, 1997, p.9). Poseidon quer atrair Apolo para a batalha, mas Apolo responde:

Senhor dos terremotos, não seria sábio para eu lutar com alguém como Vós, em prol de miseráveis mortais que são como as folhas: hoje neles brilha a chama da vida e eles comem os frutos da terra; amanhã eles envelhecerão e morrerão. Não, fiquemos nós à margem da luta, deixemos que eles guerreiem por si sós.

O homem era considerado mortal e destinado a desaparecer, portanto não era recompensador aos deuses preocupar-se em demasia com eles. Embora os deuses tivessem muito a fazer com os acontecimentos apaixonados da vida dos homens, eles não seriam de utilidade em relação à morte do homem, já que a morte para os deuses não tem sentido. Para ser mais exato, diz-se que alguns grandes heróis, familiares ou favoritos dos deuses, foram conduzidos à “Planície Elísia nos confins da Terra... onde a vida é a mais fácil para os homens” (*Odisseia* 4, 563). Para a *Odisseia* de Homero ver Lattimore (1991) nas referências.

É bem verdade que os Gregos Homéricos acreditavam numa certa continuidade após a morte. Mas este era um destino a ser esperado com horror absoluto. As almas dos mortos passavam, no Hades, por uma existência odiosa, fraca, desprovida de qualquer prazer e de toda capacidade de ação efetiva. Quando Ulisses vai ao Hades para aconselhar-se com Teiresias ele encontra o fantasma

de sua mãe, e, ao tentar abraçá-la, ela escapa de seus braços como uma sombra ou um sonho (Odisseia 11, 479). O espírito do finado Patroclus flutuava todas as noites sobre o adormecido Achiles, implorando por um enterro apropriado para não mais perturbar os vivos. Mas, quando Achiles alcança sua mão, Patroclus voa gargalhando para longe dele – apenas um fantasma (Ilíada 23, 65). Para a Ilíada de Homero ver Lattimore (1961) nas referências.

Embora o próprio Achiles torne-se um príncipe no mundo dos Mortos, ele diz para Ulisses “eu preferiria estar na Terra como empregado de alguém, na casa de um homem pobre, do que reinar sobre os mortos” (Odisseia 11, 489).

A palavra grega antiga para alma era *eidolon*, que significa “imagem”. A alma, e com ela a existência após a morte, é uma imagem assombreada da vida. Este é o ponto crucial: a vida real era a vida do corpo. A alma era considerada apenas uma reflexão não real da vida.

IMORTALIDADE E JUSTIÇA NA GRÉCIA DE PLATÃO E A COSMOÉTICA CONSCIENCIOLÓGICA

A sociedade Homérica tinha enorme energia e ímpeto para o crescimento, bem como uma incrível presença de espírito a respeito da psicologia do comportamento humano. Entretanto, os problemas morais que afetavam a vida humana foram deixados completamente sem solução.

Não nos deixemos enganar pensando que os homens e mulheres da Ilíada e da Odisseia sentiam exatamente como nós a respeito de questões como virtude e justiça – como um homem deve comportar-se na relação com seus companheiros. Nossa sensação de afinidade em relação àqueles heróis do passado reside principalmente no realismo psicológico com o qual suas iras e ambições, seus amores e lamentos, seu senso de honra e vergonha são conduzidos. Facilmente não prestamos atenção a fatos como Agamenon ter matado os filhos de Antímaco embora eles tenham implorado por clemência, tendo cortado suas cabeças e braços e feito seus corpos rolarem feito toras pelo campo de batalha (Ilíada 11, 146 f); lembremo-nos de Heitor, que despiu o cadáver de Pátroclus e arrastou-o com seu carro de guerra até a cabeça cair e ser devorada pelos cães troianos (Ilíada 17, 125 f). Ninguém pensa que possa existir alguma coisa *errada* com estes procedimentos.

Guerras foram travadas visando mulheres como propriedade e como prêmio. Vingar-se do inimigo estuprando e escravizando sua esposa era um procedimento usual. Pirataria era uma profissão respeitável. Roubar a propriedade alheia e conseguir fugir com o roubo tornava as pessoas não somente admiradas como virtuosas (Odisseia 19, 395 f). De fato, ser um homem virtuoso significava prover de uma linhagem aristocrática, possuir terras, rebanhos, casa, escravos e ter a riqueza e a força para defendê-los. Para os gregos dessa época não podia existir homem simultaneamente pobre e virtuoso. Por outro lado, não era possível para

um homem que protegesse sua propriedade com sucesso perder sua virtude, não importando quão descontrolado ou injusto ele fosse. Existia muito pouco senso de direitos individuais, e, o que é mais importante, nenhum poder de recurso em caso de injustiça.

O problema da justiça e o significado da virtude tornou-se um tema relevante da vida grega do quinto século a.e.c. A vida de Sócrates e os diálogos de Platão, seu discípulo, foram devotados a este tema.

Uma das melhores respostas para a questão ética pode ser encontrada em uma passagem de um Diálogo de Platão denominado o *Meno*, traduzido para o francês por Chambry (1936, p. 365). O *Meno* marca o final do primeiro grupo de Diálogos no qual Platão faz Sócrates perguntar infundável e infrutiferamente o seguinte: existe alguma coisa que possa ser uma virtude ou verdade? Podemos conhecê-la?

A resposta encontrada por Platão no *Meno* marcou o início da separação entre mente e corpo que tem caracterizado o pensamento filosófico ocidental desde então. No *Meno*, Sócrates se envolve em uma calorosa discussão com Meno, um aristocrata jovem e rico, a respeito de se a virtude poderia ser ensinada. Sócrates diz que *nem mesmo sabe o que é a virtude*. Meno agita suas mãos e diz: *mas como você pode procurar alguma coisa se você nem ao menos sabe o que ela é?* Diálogos anteriores em geral param neste ponto, com declarações sofistas de que é impossível começar a pesquisar uma ideia tão vaga, e Sócrates insistindo que é preferível continuar a buscar uma resposta. Mas, aqui, algo completamente novo nos Diálogos acontece. Sócrates replica que acha que tem uma resposta melhor para a questão de como a virtude deve ser encontrada, “*a partir de homens e mulheres que compreendam as verdades da religião*” (aqui compreender as “*verdades da religião*” é, simplesmente, aceitar as virtudes como algo que não pode ser explicado, mas sim concebido intuitivamente). Sócrates explica o que quer dizer com isto em uma passagem que é a chave para a filosofia de Platão desde então:

Meno: o que eles disseram?

Sócrates: alguma coisa verdadeira e preciosa, eu penso.

Meno: o que era e quem eram eles?

Sócrates: aqueles que o dizem são sacerdotes e sacerdotisas do tipo daqueles que tem como ofício a capacidade de bem realizar as suas funções. Pindar fala disto também. ... O que eles dizem é o seguinte... Eles dizem que a alma do homem é imortal: há um tempo em que ela chega a um fim – que é chamado de morte – e um outro em que ela nasce novamente, mas nunca termina em definitivo. Nesta base, o homem deve viver seus dias tão virtuosamente quanto possível... A alma, que é imortal e renasceu muitas vezes, deve ter visto todas as coisas deste e de outros mundos e aprendido sobre tudo

que existe. Então não devemos ficar surpresos por poder recordar o conhecimento da virtude ou de qualquer outra coisa que outrora foi aprendido. Toda natureza é afim e a alma aprendeu de tudo; então quando o homem relembra uma parte do conhecimento – *aprendeu algo*, como se diz na linguagem ordinária – não existe razão para não encontrar o conhecimento restante, se ele conservar um coração resoluto e não ficar fatigado de pesquisar; porque procurar e aprender nada mais são do que reminiscências.

Platão propôs uma nova teoria do conhecimento que apresenta uma base mais acurada que os dilemas Sofísticos, que tanto impediram o progresso da discussão epistemológica. Nós conhecemos, diz Platão, porque relembramos aquilo que já sabíamos, que já havíamos aprendido antes do nosso nascimento, quando por várias encarnações a alma desencarnada pode aprender sobre tudo que existe. A alma é separada das encarnações corporais.

Na moderna Conscienciologia a justiça e a virtude estão também conectadas à imortalidade e à ressoma (reencarnação) da consciência (alma platônica). Amplia-se, porém, a ética para englobar o comportamento virtuoso multidimensional. O comportamento em “outros mundos” não era uma preocupação platônica. Mas, ao conceber a existência da multidimensionalidade, reconhecendo que a dimensão intrafísica é apenas uma possibilidade, torna-se indispensável transcender da ética para uma ética maior, a cosmoética. A cosmoética reflete a existência das “verdades relativas de ponta”, conceito associado à possibilidade de mudança no conhecimento adquirido através da experimentação pessoal em vivências na multidimensionalidade; tem como lema “que seja o melhor para todos”, conscins (consciências intrafísicas) e consciexes (consciências extrafísicas), todos habitantes por igual deste Universo. O problema que se coloca frente à Cosmoética é que, devido ao restringimento intrafísico, não temos lucidez para saber exatamente o que é o melhor para todos.

A VISÃO ÓRFICA E A PROJEÇÃO DA CONSCIÊNCIA

Os sacerdotes e sacerdotisas de quem Platão fala no Meno, cujo interesse diz respeito à imortalidade da alma, e cuja doutrina ajudou Platão a desenvolver uma solução idealista para o problema do conhecimento, são os Órficos, que apareceram repentinamente no corpo da literatura grega ao final do século VI ou no início do século V a.e.c. Em fragmento escrito por Píndaro (MAGNE, 1946, p. 76) existe uma afirmação memorável que contradiz a visão homérica da alma como um reflexo da sombra (feita de sombras) da vida verdadeira no corpo:

“O corpo de todos os homens está sujeito à morte toda poderosa, mas viva ainda permanece uma imagem do homem vivo; esta imagem sozinha provém dos deuses. Ela dorme quando os sentidos

estão ativos, mas, para aqueles que dormem em muitos sonhos ela revela uma recompensa de alegria ou de tristeza.”

A palavra grega para alma, nesta passagem, ainda é imagem (eidolon), mas a imagem da alma não é mais vista como um fantasma vagando pelos domínios do Hades. Ao contrário, ela é completamente viva, de fato a única parte verdadeiramente viva da pessoa, porque a alma vem dos deuses, é divina e não pode morrer, enquanto o corpo sofre a sorte de todas as coisas corpóreas e irá passar com o tempo.

Mais que isso, a alma dorme enquanto o corpo está ativo e acordado, mas, quando o homem dorme, a alma se acorda e nos sonhos do homem indica-lhe a verdade a respeito de sua vida e se ele está inclinado a um bom ou a um mau final. Há aqui uma relação direta com a técnica experimental da Conscienciologia, a projeção consciente. De acordo com a moderna Projeciologia é possível à consciência projetar-se lucidamente pela ação da vontade própria, com o auxílio de várias técnicas, objetivando o auto e o heteroconhecimento, bem como a assistencialidade (realização de tarefas cosmoéticas). Não mais é necessário adormecer para projetar-se, ao contrário, procura-se a lucidez e a possibilidade de um estado de consciência contínua, onde o contato com a multidimensionalidade alterna-se com a vivência da intrafiscalidade (vida em vigília).

A EPISTEMOLOGIA EM PLATÃO E A EPISTEMOLOGIA NA CONSCIENCIOLOGIA

Lembre-mos que Epistemologia é o ramo da filosofia que enfoca a natureza do conhecimento e procura determinar os limites da compreensão humana. Temas centrais da Epistemologia incluem como o conhecimento é produzido e como deve ser validado e testado.

Foi a nova doutrina da imortalidade, a noção da “imagem do homem vivo”, a alma, que poderia sobreviver a “toda poderosa morte” do corpo, bem como o fato de que “ela passa o resto do tempo com Deus” que inspirou a teoria do conhecimento de Platão como reminiscência em *Meno*. Para validação de sua teoria, Platão baseou-se em uma doutrina religiosa que aceitou sem questionar: há uma diferença essencial entre corpo e alma. O que é real e verdadeiro é conhecido pela mente.

A aprendizagem platônica não se baseia em conclusões que possam ser tiradas em consequência da interação com um objeto externo. É um processo de rememoração de verdades internas. A *teoria das reminiscências* assenta-se em uma base não empírica e em um padrão absoluto, sempre presente na mente, que serve como ponto de referência para a experiência fenomenológica. A teoria das reminiscências de Platão levou diretamente à sua doutrina das formas e à ideia

do bem. Ao mesmo tempo, a teoria das reminiscências satisfaz Platão porque é baseada em uma doutrina da imortalidade a qual, por sua vez, satisfaz o problema moral de uma justiça retributiva. De outra forma Platão certamente não teria escolhido esta solução. Este é o ponto principal. “*Desta maneira*”, diz ele na passagem de *Meno* anteriormente descrita, “*o homem deve viver todos os seus dias tão justo e honrado quanto possível*”.

A epistemologia na Conscienciologia, apesar de reconhecer o aprendizado por “reminiscências”, através do acesso a holomemória obtido principalmente pela projeção lúcida, não considera completo o processo de aprendizagem da consciência. Pelo contrário, um dos objetivos evolutivos é o próprio conhecimento, sempre em aquisição, seja em que dimensão estiver a consciência. A autopesquisa está na base da Conscienciologia.

Na realidade, a própria serialidade existencial pode ser encarada como um processo epistemológico. Volta-se a Terra, este grande planeta hospital e escola, também para “reaprender” (sentido amplo da palavra) através da vida nesta dimensão, a ser mais evoluído e cosmoeticamente melhor.

O PRINCÍPIO DA AUTORIDADE, O PRINCÍPIO DA REFUTABILIDADE E O PRINCÍPIO DA DESCRENÇA

Os paradigmas apresentam princípios filosóficos associados. Os princípios delimitam a maneira de pensar da comunidade que os abraça e expõem com mais clareza o viés de seu comportamento frente à sua compreensão do que é Ciência (enquanto organização do conhecimento).

O princípio da autoridade: da escolástica aos tempos atuais

A partir do século XII iniciou-se uma segunda época no pensamento medieval. Neste período a Igreja Romana dominava a Europa, ungia e coroava reis, organizava Cruzadas à Terra Santa e criava, à volta das catedrais, as primeiras universidades ou escolas. Por ter sido ensinada nas escolas, a Filosofia medieval também é conhecida com o nome de *Escolástica* tendo em Platão e Aristóteles suas influências principais. Durante esse período surge propriamente a Filosofia cristã, que é, na verdade, a teologia. Entre seus temas principais estão as provas da existência de Deus e da alma, a diferença e separação entre infinito (Deus) e finito (homem, mundo), a diferença entre razão e fé, a diferença e separação entre corpo (matéria) e alma (espírito), o Universo como uma hierarquia de seres, onde os superiores dominam e governam os inferiores (Deus, anjos, almas, corpo, animais, vegetais, minerais), a subordinação do poder temporal dos reis e barões ao poder espiritual de papas e bispos (RIBEIRO, 2004).

O princípio da autoridade foi o método inventado pela Escolástica para resolver as contradições surgidas durante a exposição das ideias filosóficas. Este processo de debate, conhecido como *disputa*, consistia em apresentar uma tese que devia ser refutada ou defendida por argumentos tirados da Bíblia, de Aristóteles, de Platão ou de notáveis Padres da Igreja. Uma ideia era considerada uma tese verdadeira ou falsa dependendo da força e da qualidade dos argumentos encontrados nos vários autores. O raciocínio, a lógica, a lucidez foram substituídos por um regime cartorial de interpretação de poucos textos tidos como irrefutáveis.

O princípio da autoridade, resquício do obscurantismo, conta com muitos adeptos na contemporaneidade. A ingenuidade e a preguiça mental fazem com que multidões sejam levadas por fanatismos de toda sorte, seguindo cegamente a palavra de gurus, pastores e clérigos de toda espécie. É admirável ver que também no meio acadêmico da atualidade o princípio da autoridade esteja atuante, ainda que veladamente. Trata-se, por exemplo, do culto ao nobelismo infalível (*magister dixit*), da opinião mais valiosa do PhD ou daquele a quem é atribuído o maior conhecimento em uma área, bem como do endeusamento de profissionais da área da saúde a quem o senso comum e a miséria humana atribuem de pronto o título especial de doutor todo poderoso.

Princípio da refutabilidade: do cientificismo à falseabilidade

A escola de pensamento que aceita apenas a ciência empiricamente verificável como fonte de explicação de *tudo* que existe é denominada de *Cientificismo*. Como as ciências sociais ou humanas não são empiricamente verificáveis, esta escola supervaloriza as ciências formais e naturais em detrimento absoluto das demais ciências. Sua intransigência é de tal ordem que tem sido chamada de “religião da ciência”.

A diferença entre ciência e cientificismo reside na abrangência de cada uma. Enquanto a ciência moderna define suas fronteiras excluindo as questões ligadas à metafísica, o cientificismo se proclama capaz de achar as respostas para todas as questões, inclusive as transcendentais, baseando-se exclusivamente na metodologia científica e no empirismo natural.

Uma forma radical de cientificismo é o Positivismo. Esta escola, fundada por Comte (1798 – 1857), declara que o conhecimento científico é a única forma de conhecimento verdadeiro; o progresso da humanidade depende única e exclusivamente dos avanços científicos. Tudo aquilo que não puder ser provado pela ciência é considerado como pertencente ao domínio teológico-metafísico caracterizado por credices e vãs superstições.

Como pano de fundo destas discussões está o problema da demarcação entre ciência e pseudociência. Um aspecto essencial da ciência é sua busca sistemática pelo aprimoramento através da experimentação e da crítica, bem como

a possibilidade de ampliação para abranger novos problemas. Estes aspectos implicam na mutabilidade da própria ciência e obscurecem a distinção entre ciência e pseudociência. Além disso, a ciência é heterogênea e mesmo a ciência mais bem estabelecida não está livre dos defeitos característicos da pseudociência (HANSSON, 2012).

Karl Popper afirma que o problema da demarcação “*é a chave dos problemas fundamentais da filosofia da ciência*”. Até Popper, o critério para distinguir se uma teoria ou uma hipótese seria considerada científica ou pseudocientífica, ou metafísica, era o critério da verificabilidade experimental ou lógica. Ao contestar este ponto de vista, Popper (1962) propõe a refutabilidade ou falseabilidade como o critério necessário e suficiente para resolver o problema da demarcação científica: “*uma afirmação ou uma teoria pode ser considerada científica se e somente se for refutável*”. Esta interpretação popperiana pode levar a crer que o status científico ou não científico de uma teoria não muda com o tempo. Porém, Popper (1974) afirma que “*o que foi uma ideia metafísica ontem pode tornar-se uma teoria científica testável amanhã, e isto acontece com frequência*”.

Seguindo este critério demarcatório a Física, a Química, a Biologia, a Psicologia não introspectiva, entre outras, são consideradas ciências. A psicanálise é considerada uma pré-ciência, pois embora contenha conhecimentos úteis, não pode ser refutada. Já a astrologia e a frenologia (teoria que estuda o caráter e as funções intelectuais humanas, baseando-se na conformação do crânio) são pseudociências.

Sintetizando, uma teoria será considerada científica *se e somente se* seus enunciados puderem ser divididos em duas categorias, cada uma com um número não nulo de afirmativas. Uma classe conterà todos os enunciados que, se forem verdadeiros, refutarão a teoria, denominados por Popper de refutadores em potencial; a outra classe conterà os enunciados que são consistentes e corroboram a teoria.

PRINCÍPIO DA DESCRENÇA: DO CEPTICISMO AO NÃO DOGMATISMO

O princípio da descrença é uma proposição fundamental da Conscienciologia na qual o pesquisador ou pesquisadora não deve aceitar nenhuma ideia de maneira apriorista, dogmática, mística, sem reflexão e sem submetê-la a uma análise crítica, desapaixonada e racional. Através do princípio da descrença a pessoa substitui a crença pelo conhecimento advindo da racionalidade e da experiência pessoal. O princípio da descrença representa um desafio prático e pode ser postulado pela frase, presente e saliente em todas as salas dos ambientes conscienciológicos: “*Não acredite em nada, nem mesmo no que lhe informarem aqui. Experimente, tenha suas próprias experiências pessoais*”.

É importante ressaltar que o “não acredite em nada” não é uma apologia ao ceticismo, mas uma necessidade metodológica da neociência Conscienciologia para evitar ser confundida com religiões que têm dentre seus dogmas a imortalidade da alma e a crença reencarnatória.

PORQUE A CONSCIENCIOLOGIA É UMA NEOCIÊNCIA

Relembremos que o paradigma consciencial baseia-se nas seguintes proposições: o postulado da multidimensionalidade, a hipótese da imortalidade da consciência, a multiseriabilidade e a existência do holossoma formado pelos quatro veículos de manifestação da consciência. A proposição básica para a sustentação deste paradigma é a hipótese da imortalidade da consciência. Abordemos esta questão de um ponto de vista lógico e dialético.

A dialética da morte humana implica na seguinte contradição: morro e desapareço ou morro e não desapareço. Em outras palavras, revela a grande dúvida do ser humano, base da tanatologia: o que acontece após a inevitável morte humana?

Na realidade, quem foi de fato não voltou para contar como é. Entretanto os relatos de experiências de quase morte revelam que quem quase foi teve excelente impressão (LUTFI, 2006), mas não foi.

Segundo Descartes (1637, 9) em seu Discurso sobre o Método, “*o bom senso, no mundo, é a qualidade mais bem distribuída, pois cada qual julga estar tão bem dotado dele que mesmo os mais difíceis de contentar-se em outras coisas não costumam desejá-lo mais do que possuem*”. Tentarei raciocinar com bom senso e lógica (da qual também ninguém se queixa de ser menos aquinhoado que os outros). Parto da realidade da falta absoluta de provas experimentais que nos permitam afirmar com certeza sobre a existência ou não da vida após a morte biológica. Portanto é lógico esboçar *duas* hipóteses opostas igualmente válidas: *morreu acabou e morreu não acabou*. Esta oposição dialética tem estado presente no pensamento humano em toda a sua história, contrapondo correntes inatistas e empiristas em um duelo sem fim.

Do ponto de vista da filosofia da ciência a existência desta oposição permite admitir a refutabilidade na Conscienciologia e, portanto, seguindo Popper, considerar a Conscienciologia como uma ciência, ou, mais apropriadamente uma neociência.

A denominação de neociência enfatiza a novidade e também permite admitir no meio científico algo que as ciências positivas desprezam: a possibilidade de sermos parte de algo maior, imensurável pela Física, não detectável pela Química e desconhecido pela Biologia, porém passível de investigação utilizando as técnicas projeciológicas. Somos consciências, somos mais do que o corpo material; temos uma composição espiritual, que é natural e não sobrenatural, e que pode ser abordável de forma científica.

REFERÊNCIAS

- Cardoso, H. (1993). *Psicopatologia, Teoria dos Complexos e Psicanálise*. Livraria Atheneu Editora.
- Chambry, E. (1936). *Platon, Oeuvres Complètes*, tome deuxième, Menon, Classiques Garnier, Librairie, Garnier Frères, Paris, France.
- Descartes, R. (1637). *Discurso sobre o Método*. Biblioteca Clássica, tradução de Paulo Oliveira. Athena Editora, Rio de Janeiro, RJ.
- Hansson, S. O. (2012). *Science and Pseudo-Science*. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Winter 2012)*, Zalta E. N. (ed.), URL = <<http://plato.stanford.edu/archives/win2012/entries/pseudo-science/>>.
- Kuhn, T. S. (1962). *The Structure of Scientific Revolutions*. The University of Chicago.
- Lattimore, R. (1961). *The Iliad of Homer*. The University of Chicago Press, Chicago, USA.
- Lattimore, R. (1991). *The Odyssey of Homer*. Editora Harper Perennial, New York, NY, USA.
- Leal, F. A. Arruda (2005). *A História das Ciências, A História da Psicologia e o Campo Epistêmico*. Anais do IV Encontro Clio-Psyché – História e Memória. Clio Edições Eletrônicas. Juiz de Fora, MG.
- Lufti, L. (2006). *Voltei para contar: Autobiografia de uma Experimentadora da Quase Morte*. Associação Internacional Editares; Foz do Iguaçu, PR.
- Magne, A. (1946). *História da Literatura Grega Clássica*. Editora Anchieta, São Paulo. Adaptação do original francês de L. Laurand.
- Monteiro, Dulcineia M. R. (1997). *Aulas de Filosofia, apostila*. IBMR.
- Popper, K. (1962). *Conjectures and refutations. The growth of scientific knowledge*. New York: Basic Books.
- Popper, K. (1974). *Reply to my critics*. In Schilpp P.A., *The Philosophy of Karl Popper*, p. 961–1197 *The Library of Living Philosophers*, vol xiv, book ii. La Salle: Open Court.
- Ribeiro, R. (2004). *Caderno Didático de Filosofia*. Universidade Estácio de Sá, Psicologia.
- Vieira, W. (1994). *O que é a Conscienciologia*. Rio de Janeiro, IIPC.
- Volker, P. (1997). *Esboço para uma Crítica da Epistemologia da Ciência da Consciência*. *Conscientia*, 1(2): 97.
- Vieira, W. (1999). *Projeciologia: Panorama das Experiências da Consciência Fora do Corpo Humano*. Rio de Janeiro, 4ª. Edição, IIPC.
- Vugman, N. V. (1999). *Conscientiology and Physics: a desirable couple?* *Journal of Conscientiology*, Miami, v. 1, p. 289 – 303.
- Zurek W. H. (1991). *Decoherence and the Transition from Quantum to Classical*. *Physics Today* 44, 36.

Ney Vernon Vugman é professor titular aposentado da UFRJ. Pós-doutor pelo King's College of London, doutor e mestre em Ciências pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas. Psicólogo (CRP 05/37063) e Psicodramatista (FEBRAP 230).